

Proibida a publicação no todo ou em parte;
permitida a citação. A citação deve ser textual,
com indicação de fonte conforme abaixo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DESTE CAPÍTULO:

DENYS, Rubens Bayma. Depoimento. In: MILITARES e política na Nova República/ Organizadores Celso Castro e Maria Celina D'Araujo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 77-91.

Informações sobre a entrevista:

http://www.cpdoc.fgv.br/historal/asp/idx_ho_ce_popce.asp?cd_ent=884

RUBENS BAYMA DENYS

NASCEU NO RIO DE JANEIRO em 1929. Entre 1947 e 1949, cursou a Academia Militar das Agulhas Negras, onde seria também instrutor em 1953/54 e, posteriormente, comandante (1984/85). Em 1955/56, foi ajudante-de-ordens do então general Odylio Denys, seu pai. Em março de 1964, ingressou na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro, e apoiou o golpe de 1964. Terminado o curso na Eceme e promovido a major, lá permaneceu como instrutor. Em 1969, foi ser assessor da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e, a partir do ano seguinte, tornou-se assistente do chefe de gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN). Em agosto de 1973, assumiu o comando do 1º Batalhão de Guardas, no Rio de Janeiro. De 1977 a 1979, esteve na chefia do Estado-Maior da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Petrópolis (RJ). Em setembro de 1979, passou a ocupar o cargo de adido militar na embaixada do Brasil na Itália, retornando ao Brasil em 1981. No ano seguinte, foi promovido a general-de-brigada e designado para o comando da 4ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Belo Horizonte (até fevereiro de 1984), de onde seguiu para o comando da Aman. Em 1985, foi convidado por Tancredo Neves para assumir o cargo de ministro-chefe do Gabinete Militar, que ocupou até o final do governo Sarney. Em seguida, foi comandar a 6ª Divisão de Exército, em Porto Alegre. Promovido a general-de-exército em março de 1991, assumiu o Comando Militar do Sul e, em 1993, o Comando Militar do Leste, no Rio de Janeiro. Foi ministro dos Transportes de março a dezembro de 1994, durante o governo Itamar Franco.

Depoimento concedido a Celso Castro e Maria Celina D'Araujo em seis sessões realizadas no Rio de Janeiro entre 18 de fevereiro e 20 de março de 1998.

Como foi vista a eleição de Tancredo Neves no meio militar?

Normal. O dr. Tancredo era um político reconhecidamente moderado. Estava servindo em Belo Horizonte, quando ele foi governador do estado de Minas Gerais. O dr. Tancredo tinha sido getulista, era conhecido do meu pai, havia aquela simpatia pela corrente do antigo PSD, partido getulista. Uma coisa era a revolução, o apoio ao sistema implantado, outra era a amizade, a simpatia anterior. Não foi como em 1955, que abriu aquela brecha entre as correntes democráticas opostas.

Sempre se diz que Tancredo Neves cultivou um relacionamento muito amigável com os militares. Quando o sr. serviu em Minas, encontrava-se regularmente com ele?

Não. Almocei com ele mais de uma vez, não havia intimidade, nossas relações eram bastante cordiais. Eu tratava os governadores, o dr. Francelino e o dr. Tancredo, da mesma maneira. Não havia diferença.

Por que o sr. foi convidado para o Gabinete Militar?

Eu não sabia como surgira o meu nome para assumir o Gabinete Militar. Convivi, em Belo Horizonte, durante um ano com o dr. Francelino (1982) e um ano com o dr. Tancredo (1983), como governadores de Minas Gerais. Com o dr. Tancredo, foi aquele relacionamento funcional, ele ia a uma solenidade no quartel, eu o recebia, conversava, despedia. Eu participava também nas solenidades do estado e da polícia. Mesmo nas solenidades que se realizavam no seu gabinete, eu também participava. Mas eram atividades funcionais. Uma ou outra vez ele dava um almoço ou um jantar em sua residência, com a dona Risoleta, *petit comité*, e eu ia. Mas não havia nada mais que cordialidade em razão do cargo que eu exercia e, talvez, da deferência com que eu o tratava como governador.

Quando ele foi eleito presidente, eu já estava no comando da Academia Militar há um ano e esperava ficar mais um, porque é um comando bom que engrandece o oficial-general, e o normal são dois anos. Um dia, em fevereiro de 1985, eu estava lá em casa, em Resende, quando tocou o telefone, e o dr. Tancredo fala comigo: “General, eu sei que o sr. está aí no sétimo céu em Resende, mas eu estou lhe convidando para ser o chefe do Gabinete Militar e sofrer comigo no governo”. “Com muita honra”, respondi na mesma hora. Eu só não queria ir para a chefia do gabinete do Exército.

O sr. acha que Tancredo, quando fez a escolha dos seus auxiliares militares, levou em consideração antigas linhagens? Conversou, por exemplo, com o seu pai, o marechal Denys?

Não conversou. Tenho a impressão de que ele me distinguiu pela relação com o meu pai e pelo comando da brigada.

Alguns jornais noticiaram na época que seu pai teria pedido a Tancredo para o sr. ser nomeado.

Não, isso é maldade. Felizmente eu não li isso. Acredito que a última ocasião em que meu pai falou com o dr. Tancredo foi ainda no tempo do governo do Juscelino, em 1960, ou por ocasião da crise de agosto de 1961. Em 1985, meu pai já tinha completado 93 anos.

O general Leonidas já estava escolhido quando o sr. foi chamado. Ele teve alguma ingerência sobre sua indicação para a Casa Militar?

Tudo que sei a respeito vem de uma informação do ministro José Hugo Castelo Branco. Segundo ele, o general Leonidas não teve ingerência em minha indicação para a Casa Militar.

E os demais auxiliares militares de Tancredo?

Parece que o general Leonidas foi sugestão do presidente Sarney. Isso o dr. José Farani me falou. O Ivan parece que foi indicação do general Ernesto Geisel. O ministro do Exército, segundo a sugestão do presidente Geisel, dizem, seria o general Ademar da Costa Machado.

O sr. concordaria com a opinião de que Leonidas representa um lado mais duro do Exército? O sr. acha que sua escolha foi para garantir que não haveria revanche?

Ele é muito cioso, um chefe inteligente. Mas não é duro na concepção que eu penso que vocês têm de “linha dura”. Trabalhei com ele e com o general Reinaldo naquela época da distensão e pude observar bem o seu comportamento. Tem muita personalidade. Dos três ministros militares, era o que tinha mais facilidade de contato pessoal com o presidente Sarney.

Já se sabia do estado de saúde de Tancredo, antes do dia da posse?

Logo após receber a chefia do Gabinete Militar do general Rubem Ludwig, este me disse: “Denys, você está sabendo que o dr. Tancredo está muito doente?” Eu disse: “Não, não estou sabendo”. “Pois ele está, mande apurar.” Como havia uma missa às 18h, na catedral, na véspera da

posse, chamei o chefe da segurança pessoal do presidente e disse: “Olha, vai lá, observa bem o presidente. Veja se nota algum sinal que possa refletir seu estado de saúde. Perceba qualquer sinal”. Mais tarde, após a missa, ele voltou: “Ele estava suando muito e parecia muito cansado”. Aí telefonei para o dr. Renault, que era o médico do Senado, às seis e meia ou sete da noite, e narrei as observações do chefe da segurança. Acho que o dr. Renault já sabia do estado de saúde dele, pelo que depreendi da sua reação. Em seguida, falei com o general Leonidas e saí do caso. Depois fiquei sabendo dos desdobramentos políticos, com a baixa do dr. Tancredo ao hospital e a decisão de se dar posse ao vice-presidente Sarney. As discussões sobre a questão da posse foram levadas pelo dr. Leitão de Abreu, que, ao que parece, queria que se desse o cargo como vago. O deputado Ulysses Guimarães, parece-me, queria que o vice-presidente Sarney tomasse posse.

Desde o início Ulysses tinha essa percepção de que deveria ser o Sarney?

Penso que sim. Os detalhes eu acho que os generais Leonidas e Ivan sabem explicar. A história da doença do dr. Tancredo, o Ivan sabe melhor do que eu. Eu vi os médicos em Brasília, inclusive o dr. José Farani, falam com ele.

O que o sr. acha que houve? Por que Tancredo não quis se tratar a tempo?

Presume-se que ele não quis se tratar porque o quadro era de incerteza para eles, os políticos dos partidos que tinham ganhado a eleição. Veja bem, eu não tinha essa incerteza, não sei se é porque eu fazia parte da área militar e acreditava que não havia mais clima para alterar a seqüência da sucessão para o novo governo eleito, mas o dr. Tancredo era um homem político muito experiente e poderia ter pensado que, se ele adoecesse, fizesse a operação, retardasse a posse, poderia ter problemas para assumir posteriormente. De fato, as circunstâncias às vezes mudam de uma hora para a outra. Vamos dizer que o deputado Ulysses Guimarães não aceitasse aquela argumentação do general Leonidas e achasse que deveria ser ele a assumir em vez do vice-presidente Sarney. O deputado Ulysses assumiria e, com a morte do dr. Tancredo, como ficaria? Haveria nova eleição? Aí diriam: “Mas houve um golpe!” E se o dr. Tancredo tivesse feito a operação antes? Aí alguém do governo poderia dizer: “Não se deve entregar o governo ao deputado Ulysses, presidente da Câmara dos Deputados, nem ao vice-presidente eleito. Vamos fazer outra eleição”. Então, acho que o dr. Tancredo pensou muito e retardou o tratamento. Era homem experiente, como eu disse, tinha vivido 1954, 1955, 1961, 1964, e

conhecia todas as tramas que, de uma hora para outra, poderiam mudar o curso da história, pela fragilidade da estabilidade do nosso regime político.

Com a doença e morte de Tancredo e a posse de Sarney, o sr. sabe se chegou-se a cogitar a mudança dos ministros militares?

Logo após a morte do dr. Tancredo, eu disse: “Presidente Sarney, o sr. tem o meu cargo à disposição”. Mas o presidente Sarney não mudou ninguém. Ficou com o ministério do dr. Tancredo até janeiro de 1986, quando o ministro José Hugo Castelo Branco sugeriu que todos colocassem os cargos à disposição. Ele era o ministro-chefe do Gabinete Civil, pessoa muito ligada ao dr. Tancredo. Diziam que ele e o dr. Aníbal Teixeira eram os que sabiam de todos os compromissos políticos do dr. Tancredo. E aí, em janeiro, saíram os civis que o Sarney julgou que tinham que sair. O presidente Sarney pôde assim compor o seu ministério com remanejamento de alguns ministros civis e a inclusão de novos; mas, dos militares, ele não abriu mão de nenhum.

Ficou a imagem de que Sarney herdou compromissos políticos que nem conhecia.

Ele herdou todo o ministério, estava preso ao compromisso político anterior do dr. Tancredo e levou esse compromisso até onde pôde. Ele me dizia: “Se o dr. Tancredo estivesse aqui, talvez não estivesse mais preso ao compromisso anterior à eleição. Não é o meu caso, eu estou preso ao compromisso da aliança da Nova República”. As dificuldades que ele teve foram muito grandes. E disso não fazia mistério.

Foi noticiado na imprensa que o sr. participava de reuniões informais dos ministros militares, que o sr. secretariava essas reuniões.

É, eu assistia. Não havia nada para fazer, nem ata nem nada — só quando havia necessidade. Participava porque era chefe do Gabinete Militar e secretário do Conselho de Segurança Nacional. O dr. Tancredo me disse pessoalmente, na única ocasião em que eu estive com ele, antes de ele adoecer, que eu iria acumular a secretaria geral do Conselho de Segurança com a chefia do Gabinete Militar. Aí perguntei: “E a energia nuclear?” “Vai ficar com o sr.”

Como secretário-geral do Conselho de Segurança e chefe do Gabinete Militar, eu praticamente participava de todas as reuniões com o presidente da República na área militar. Só não participava quando não estava em Brasília ou quando fosse alguma coisa mais específica de um ou de outro ministério.

O governo Sarney foi muito marcado, na imprensa, por matérias a respeito dos militares. Falava-se muito da “ameaça da volta dos militares ao poder”. Houve, em algum momento, preocupação em relação à área militar?

Eu não achava que houvesse tal preocupação. O presidente Sarney sempre procurou prestigiar as Forças Armadas. Assumiu realmente a postura de um comandante supremo das Forças Armadas. Assim, os anseios da área militar foram por ele bem atendidos, acredito. Nossos vencimentos foram reajustados em 1987, 1988, em um nível que nunca tinha acontecido. Daí em diante começou a deteriorar, mas o ponto alto foi aí.

Eu devia estar muito alienado com esses noticiários, porque nunca li essas matérias. Durante o governo Sarney ocorreram 11 mil greves e eu lhe dizia: “Isso ocorre porque temos um regime de liberdade bastante amplo. O sr., presidente, nunca teve uma quartelada, nunca teve uma prontidão”. Quem faz greve é porque tem plena liberdade. O emprego estava fácil, então fazia-se greve.

Como o sr. avalia a imagem que ficou do envolvimento da instituição militar com a repressão política, durante o regime militar?

A minha idéia sobre a questão da entrada institucional dos militares na repressão é a seguinte: até hoje se condena certas pessoas que não tinham o poder de decidir nada. Vejam só: 15 anos depois de ter perdido a guerra, e apesar do que o nazismo fez no mundo inteiro, a Alemanha já era a primeira potência econômica da Europa e ninguém falava mais de nazismo. Por quê? Porque o nazismo foi institucional. A repressão no Brasil foi institucional. Foi consequência de uma reação governamental contra aqueles que pegaram em armas e realizaram ações terroristas, guerrilheiras.

Sempre fui de parecer que o Exército deveria escrever o seu “livro branco” para narrar essa história e tomar para si a responsabilidade que lhe cabe institucionalmente. A instituição militar foi que conduziu a repressão, e não um tenente, um sargento, um policial civil ou militar, que foram instrumento dessa repressão institucional. Se eles erraram, se exageraram, é porque não houve as correções necessárias nos diversos níveis dos canais de comando. Então, não se pode aceitar certas acusações feitas a alguns militares individualmente, apenas porque serviram em tal ou qual órgão de operação de informações. Da mesma maneira que não se está, agora, indo contra os anistiados que cometeram assassinatos porque estavam dentro da sua ideologia. Esses militares estavam amarrados pelos liames do dever à instituição. É isso que eu quero dizer.

Eu até conto o caso do coronel Brilhante Ustra. Acompanhei o presidente Sarney na primeira visita que fez ao Uruguai, e o coronel Ustra era adido lá. Havia uma artista, Bete Mendes, que estava na comitiva do presidente. Veja bem, assisti à Bete Mendes beijar o Ustra, abraçar a mulher dele, e perguntei: “Ustra! Você sabe quem é ela?” E ele respondeu: “Sei. Ela foi presa, chegou lá no quartel, cheia de doenças venéreas, nós cuidamos dela, minha mulher deu-lhe toda a atenção etc.”

A mulher do Ustra trabalhava no quartel?

Não, ela deu-lhe atenção, visitando-a, certamente a pedido do Ustra; ou mesmo levou-a para a casa deles. Ela foi tratada, tendo toda a atenção possível dentro da situação em que se encontrava. Disse-me ele que ela era uma menina...

Por que ela não foi levada para um hospital?

Não sei. Certamente deveria ser caso de tratamento ambulatorial ou coisa parecida, mas não de hospital. Veja bem, não sei os detalhes, só sei que no Uruguai a Bete Mendes estava tratando a mulher do Ustra como uma pessoa a quem ela devia uma atenção. Mas quando ela entrou no avião, na volta do Uruguai, três dias depois, já havia mudado. Creio que houve um patrulhamento em cima dela, e ela escreveu aquela carta. Isso eu estou contando porque assisti. Não sei da história do Ustra, não sei como ele trabalhou, não sei por que e como ela foi presa, mas naquela ocasião, em Montevideú, o Ustra me disse: “Não, não há nada demais nesse nosso encontro. É que ela chegou lá com doenças venéreas, nós cuidamos dela e ela ficou muito agradecida”. É isso.

Agora [1998] está havendo uma discussão sobre o general Fayad.

O general Fayad é um excelente médico, um daqueles em quem você pode confiar. Agora, dificilmente há como fugir do dever de médico. Não acredito que ele tenha dito que poderiam bater no preso, como disse um de seus desafetos, ex-colega de faculdade. Ele não podia dizer que não atenderia a um preso que necessitasse de atenção e cuidados médicos. Ele não podia dizer que não poderia cumprir sua tarefa. Fazia parte de um sistema em que havia chefes responsáveis acima dele, inclusive havia mérito para quem se destacasse no serviço. Havia a Medalha do Pacificador para quem se destacasse no combate contra os terroristas.

O sr. acompanhava muitos assuntos na Casa Militar. Como o sr. se organizava e quem eram os seus principais assessores?

Eu tinha estrutura para isso e trazia muita gente de fora para participar dos grupos de trabalho. Na Secretaria Geral do CSN, depois Saden, o chefe de gabinete era militar, oficial do Exército, no posto de coronel. Nessa função tive quatro chefes: o primeiro foi o então coronel Carlos Fragomeni, que vem de uma família de militar, lá de São Gabriel, no Rio Grande do Sul. Depois, os coronéis Mendes Ribeiro, Da Silva e Gustavo. No Gabinete Militar havia dois coronéis do Exército que trabalhavam diretamente comigo. Um deles, meu assessor direto no Gabinete Militar, é hoje o general Expedito Hermes, quatro estrelas, comandante da ESG. No Gabinete Militar eu ainda tinha três subordinados diretos de nível coronel, do Exército, Marinha e Aeronáutica. E lá na secretaria havia mais seis chefes de subchefias, também de nível coronel, quando militar.

Quais eram as subsecretarias?

A 1ª Subchefia tratava dos Assuntos Políticos, e o chefe era um capitão-de-mar-e-guerra da Marinha. A 2ª Subchefia tratava dos Assuntos Econômicos, e o chefe era um diplomata, no posto de conselheiro do MRE. A 3ª Subchefia tratava dos Assuntos Psicossociais, e o chefe era um oficial coronel da Aeronáutica. A 4ª Subchefia, sob chefia de um coronel do Exército, tratava de Assuntos Militares e do Programa Ambiental. A 5ª Subchefia tratava dos Assuntos Territoriais e era chefiada por uma funcionária civil do Incra que tratava de assuntos ligados aos projetos da Amazônia, como o Calha Norte e outros ligados à Faixa de Fronteira. Havia ainda a 6ª Subchefia, que tratava dos Assuntos Estratégicos, chefiada por um coronel do Exército, Flávio Acanam Souto, e uma Assessoria de Assuntos Jurídicos. Então, a secretaria geral era bem-estruturada e em seus quadros havia técnicos competentes de diversas áreas. Na 2ª Subchefia, por exemplo, havia economistas, civis, gente do Banco Central e do Ministério das Relações Exteriores, entre outros órgãos do governo. Eu tinha, nessas subchefias, gente civil e gente militar trabalhando junto. No conselho, entre oficiais e funcionários civis de nível de oficial, devia haver umas 30 e poucas pessoas, talvez 40, contando com os juristas.

E na Casa Militar?

A Casa Militar também era dividida, mas não havia tanta gente. Não chegava a 20 oficiais. Acontece que a administração geral do palácio, que hoje é entregue a um secretário-geral da Presidência, era da responsabili-

dade conjunta do chefe do Gabinete Civil e do chefe do Gabinete Militar, que a exerciam através de um administrador nomeado por ambos, por concordância mútua. Durante todo o governo Sarney, o administrador do palácio e seus principais auxiliares eram oficiais das Forças Armadas, a maioria do Exército. Então, era uma administração com ossatura militar que se destinava a realizar todos os serviços de apoio dos palácios da Presidência da República: garagem, serviço de manutenção, setor de provisionamento, serviço médico etc.

Quando fui nomeado chefe do Gabinete Militar, indiquei um coronel de minha confiança para dirigir todos os serviços administrativos dos palácios, em substituição ao que já estava lá. Quando ele foi promovido e saiu, perguntei ao ministro José Hugo se ele iria indicar alguém para o lugar desse coronel. Ele respondeu: “Não, está bom assim. Vocês, militares, cuidam bem dessa questão”. E foi nomeado o coronel Cahim. A mesma coisa aconteceu quando o coronel Cahim foi promovido a general, e assim por diante. Nenhum dos ministros-chefe do Gabinete Civil quis indicar um civil para ser o chefe da administração geral dos palácios. Eram de parecer que devia continuar como estava porque nenhum civil com certo padrão de competência administrativa ou técnica aceitava assumir aqueles cargos pouco remunerados com responsabilidades e horários rígidos e sem prestígio político. Os DAS e as gratificações de gabinete pagos aos civis e militares, naquela época, não correspondiam a uma retribuição satisfatória em dinheiro. Quando se executavam as viagens presidenciais, o cerimonial se subordinava à coordenação do Gabinete Militar, porque eu tinha a responsabilidade direta dessa função, seja para organizar a programação detalhada da viagem, seja para prover a segurança do presidente e da comitiva. Quando saiu o governo Sarney e entrou o do Collor, eles entregaram a chefia da Administração Geral da Presidência a um diplomata: não levou um ano e o diplomata a largou. Não sei como está. Certamente está funcionando bem, porque aquilo era uma máquina bem estruturada, com pessoas bem selecionadas e assistidas. Quando vou ao Palácio do Planalto, ainda encontro muitos dos mesmos funcionários antigos; fazem aquela festa, aquela coisa toda.

A Secretaria Geral do CSN tinha também uma estrutura bem montada e verba orçamentária separada da administração da Presidência da República. Então, podia pagar diárias, passagens etc. para trazer pessoas para discutir e estudar assuntos diversos.

O Conselho de Segurança Nacional acabou sendo substituído pelo Conselho de Defesa.

É, mas não exprime a mesma coisa. Segurança nacional, a meu ver, está acima da idéia de defesa nacional, que se restringe mais às ações ligadas aos ministérios militares. A antiga Secretaria Geral do CSN, depois Saden e agora Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), hoje com o ministro Ronaldo Sardenberg, está praticamente com a mesma estrutura desde que de lá saiu a antiga estrutura do SNI. É o seguinte: quando o presidente Collor chegou, houve uma idéia de juntar na SAE as estruturas do SNI e da Secretaria Geral do CSN, que passara a ser Saden, depois da Constituição de 1988. Para salvar aquela estrutura, nós mudamos o nome através de decreto, moldando-a às alterações já da nova Constituição. Aqueles que a julgavam responsável por tudo de ruim do regime autoritário e queriam vê-la extinta ficaram brabos, mas não se podia perder aquela estrutura. Quando veio o presidente Collor, juntou-se na SAE o SNI e a Saden. Veio o sr. Leoni Ramos, filho de um coronel do Exército, para chefiá-la. Depois veio o almirante Flores, no governo do presidente Itamar. Com o início do governo Fernando Henrique, foi nomeado para o cargo o embaixador Ronaldo Sardenberg, em cuja administração a estrutura restante do extinto SNI saiu da SAE e foi para a futura Abin, subordinada ao chefe do Gabinete Militar.

Na Constituinte, o sr. chegou a fazer lobby no sentido de manter o Conselho de Segurança Nacional?

Foi, de fato. Na ocasião, os congressistas buscaram uma forma de manter o órgão, mudando o nome para Conselho de Defesa. Foi a solução encontrada para contornar a pressão preconceituosa existente contra a denominação de Conselho de Segurança Nacional. Mas não há como substituir a idéia de segurança nacional pela de defesa nacional. A defesa nacional está muito ligada às Forças Armadas e é uma parte da segurança nacional, que é mais abrangente. Como o próprio nome está dizendo, a segurança nacional, termo que o americano, o francês e o alemão usam, tem um sentido mais amplo, mais abrangente, muito mais relacionado ao sentido de soberania da nação, à integridade da Federação, ao caráter nacional, ao bem-estar social e a outros valores que não são só militares. A nação brasileira tem que defender prioritariamente os seus interesses estratégicos dentro dos seus limites territoriais, que é onde eles se concentram. Não é como na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, que aqui e ali têm interesses fora do seu território continental.

A própria fragilidade da nossa democracia, com os desequilíbrios sociais e regionais, é um problema de segurança nacional, e não de defesa. Então, o que eu não entendi, mas tive que aceitar, foi a mudança do nome do Conselho de Segurança Nacional para Conselho de Defesa Nacional.

Tendo em vista manter a estrutura da então Secretaria Geral do CSN para apoiar o futuro Conselho de Defesa Nacional nos moldes que viria a existir, solicitei ao ministro Saulo Ramos encontrar uma fórmula para evitar que toda a estrutura da Secretaria Geral do CSN, com todo o seu acervo, fosse extinta com a promulgação da Constituição Federal. Ele ajudou-me a fazer um decreto e nós mudamos a denominação da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional para Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional, Saden. Penso que muita gente ficou surpresa e zangada com isto. Cheguei a fazer uma palestra para 60 e tantos parlamentares mostrando o que era a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Aí, no final, um deles fez a pergunta: “Vocês tomam conta de todo o governo?” Não era bem isso, é que nós acompanhávamos ou conduzíamos com interesse estratégico atividades geralmente ligadas ao desenvolvimento regional e social, à soberania, à unidade e à integridade nacionais, mas não tínhamos interferência em todas as ações do governo. O então deputado Roberto Campos dizia que o Conselho de Segurança Nacional manteve um espírito nacionalista, durante os trabalhos da Constituinte. Mas nós não interferimos, não demos parecer, oficialmente. É possível que algumas pessoas do conselho tivessem sido consultadas informalmente por parlamentares mais de esquerda que iam lá e perguntavam: “O que vocês acham disso e daquilo?” Um ou outro falava qualquer bobagem, dando sua opinião pessoal, por exemplo: que o minério tinha que ser explorado só por brasileiros e não sei o que mais, e o parlamentar que consultara ia dizer aos constituintes que o Conselho de Segurança Nacional era de tal parecer a respeito de determinado tema controverso.

Convém esclarecer que qualquer parecer da Secretaria Geral do CSN só tinha validade quando apoiado pelo seu secretário-geral, enquanto o do Conselho de Segurança Nacional somente tinha valor quando apoiado pelo presidente da República. Eu nunca opinei nada funcionalmente nem nunca ninguém fez uma consulta por escrito. Então, a Secretaria do Conselho de Segurança, nesse ponto, ficou fora. Ela só defendeu a idéia da transformação da SG/CSN em Saden e da criação de um Conselho da República e do Conselho de Defesa em substituição ao Conselho de Segurança Nacional. Mas não defendeu nenhum outro dispositivo como

instituição. Nenhum dispositivo, seja a favor do índio ou contra o índio, seja a favor da exploração dos minerais. Não entrou institucionalmente em nada. Ninguém fez perguntas por escrito. Mas havia parlamentares que falavam: “Eu soube na secretaria do conselho que eles querem isso”. Não era *lobby* nosso, eram algumas pessoas, alguns deputados que iam ou diziam ter ido conversar com assessores do gabinete da Secretaria Geral do CSN e voltavam dizendo que havia essa idéia lá. Talvez eu devesse ter enviado um documento escrito ao presidente da Constituinte, dr. Ulysses, dizendo que a secretaria não estava opinando sobre nada para evitar exploração. Talvez essa tenha sido uma falha.

A Secretaria do Conselho de Segurança Nacional durante muito tempo foi um órgão meio assustador. Era um superpoder, não?

É um pouco de verdade, com um pouco de exageros, de preconceitos e de falta de informações. Tentei mudar a imagem da SG/CSN, procurando mostrar que sua finalidade era tratar apenas do planejamento e da implantação de ações estratégicas de interesse geral para o país e de caráter apartidário, mas não adiantou.

Como foi a passagem do governo Sarney para o governo Collor? Criou-se um ambiente hostil aos militares?

Não me pareceu que Collor chegava a atingir as Forças Armadas como instituição pela forma como conduzia as coisas, o que revelava uma postura demagógica. Foi agressivo com o general Ivan, pessoalmente, porque o general mostrou os podres dele, dados de informação bastante negativos. E não perdoou o general. A postura do ex-presidente Collor contra os militares era devida, em parte, a isso e ao ambiente de revanchismo latente durante a Nova República. Não tive nada pessoal contra ele. Ele me tratou bem nas poucas ocasiões em que tivemos contato.

Depois da definição de que Collor era o presidente eleito, a área econômica começou a se preocupar porque a inflação começou a entrar num clima de aceleração. Não era uma questão do governo que estava saindo, era a expectativa do próximo. Coisa semelhante ocorrera no governo Alfonsín, na Argentina, com a eleição de Menem, e ele teve que antecipar o final do mandato. Os ministros da área econômica, o Mailson principalmente, achavam que o presidente Sarney devia antecipar a saída do governo. Os três ministros militares, Leonidas, Moreira Lima e Sabóia, também discutiram o assunto. Eu disse: um presidente não consegue deixar o governo em menos de dois meses, porque há um ritual a ser cumprido,

tem que preparar uma cerimônia de passagem de cargo, chamar estrangeiros, fazer uma programação. Se vai sair em março e antecipa para janeiro, se a expectativa da inflação tiver que funcionar, vai funcionar em qualquer circunstância, porque não é contra o governo que está saindo; é a insegurança com relação ao governo que está entrando.

Os ministros militares em geral estavam contra ou a favor da antecipação da posse de Collor?

A favor de completar o mandato, de não sair. Afinal de contas, o que é isso? Sair correndo? A alta da inflação não era culpa do presidente Sarney.

Qual era a visão e a informação que o sr. e os ministros militares tinham de Collor?

Penso que nenhum dos ministros militares gostaria que o Collor fosse presidente, depois que se soube dos dados de informação do general Ivan e dos da mídia, mas foi uma situação irreversível. Depois que a candidatura do sr. Afif Domingues naufragou, tentaram colocar outro no lugar. Houve um movimento para colocar até o sr. Sílvio Santos, mas caiu por água. Então a posição de Collor cresceu. Foi aquela história: o poste contra o Lula tomou nome. Collor surgiu e foi para o segundo turno junto com o Lula e ganhou.

O general Ivan já tinha informações sobre P.C. Farias?

Não, as informações eram sobre ele, Collor, em Alagoas. A maneira dele, os procedimentos, os hábitos. Quero contar um fato. Com toda aquela campanha contra o presidente Sarney, em meados de fevereiro, o sr. Collor já presidente eleito, o presidente Sarney me disse: “Estão me procurando, querem que eu receba o Collor, mas quero que esse encontro seja conduzido pelo sr., como chefe do Gabinete Militar. Vou dizer para ligarem para o sr.”. Aí, pouco depois, o futuro chefe do Gabinete Militar, general Agenor Homem de Carvalho, ligou para mim, e marquei o encontro na fazenda do presidente Sarney, em Luziânia, Goiás, junto aos limites do Distrito Federal. Colocamos à disposição os helicópteros da Presidência. O sr. Collor chegou lá na fazenda e se dirigiu de braços abertos para o Sarney: “Presidente, dona Marli, como vão? General, o sr. está bem?” Ele me conhecia de uma viagem a Alagoas. Conversaram os dois sozinhos no salão. O presidente Sarney falou sobre algumas questões estratégicas, sobre o Mercosul, o Calha Norte. Dona Marli, eu e o general Agenor ficamos conversando do lado de fora.

Quinze dias depois, houve outra reunião no Palácio do Planalto, esta programada oficialmente, quando Collor perguntou se havia contrabando de minérios e espionagem estrangeira na região do Calha Norte e na Amazônia em geral. Eu disse: “Certamente há, em toda parte existe isso, mas não há comprovação. Há notícias da existência de pesquisadores estrangeiros percorrendo a Amazônia, procurando contatar as comunidades indígenas e colher conhecimentos sobre plantas medicinais e outras informações em geral. Isso é possível, mas não há comprovação de espionagem. Muitos se dizem antropólogos, estudando a linguagem dos índios”. Soube, mais tarde, que foi nessa segunda ocasião que o sr. Collor pediu uma autorização do presidente Sarney para um decreto de fechamento dos bancos, na véspera da sua posse. O presidente Sarney se lamenta muito disso, porque foi para a adoção daquelas medidas drásticas de confisco das poupanças e porque houve vazamento do lado do pessoal do Collor. O presidente Sarney atendeu à solicitação porque tinha consciência das responsabilidades inerentes ao cargo de presidente da República.

Durante o encontro na fazenda do presidente Sarney, o sr. Collor disse que os ataques que fizera contra o presidente Sarney faziam parte do calor da campanha eleitoral. Eu mesmo recebi o meu sucessor, o sr. Paulo Leoni Ramos, já indicado para a SAE, que passou a ser a reunião do SNI e da Saden. Falei umas duas horas, durante dois dias, sobre os trabalhos que eu vinha desenvolvendo na Saden. Eu olhava para ele e achava que ele estava pouco interessado ou não entendia nada.

Depois o sr. foi para o Sul, comandar a 6ª Divisão de Exército, em Porto Alegre, e em seguida foi para o Comando Militar do Sul. O sr. ficou no Sul durante todo o governo Collor e o impeachment. Como a área militar acompanhou essa fase complicada?

O *impeachment* do presidente Collor foi político-partidário. As Forças Armadas não se envolveram. Os três ministros militares ficaram, até o fim, favoráveis ao presidente Collor. A gente sabia de fatos. Eu sabia, através de amigos de muito trânsito em Brasília, de fatos bem sérios, desabonadores, contra o governo. Mas o *impeachment* foi político.

Collor não tentou o apoio das Forças Armadas?

Não que eu saiba. Eu era comandante do Comando Militar do Sul, o comando mais importante, operacionalmente, e nunca soube nada nesse sentido. Vivíamos um ambiente profissional, desenvolvíamos instruções de toda natureza.

Essa foi a primeira grande crise política durante a República na qual as Forças Armadas não participaram ativamente. Houve alguma divergência interna?

Não houve nem comoção nem discussão interna na tropa. Antes de 1964, muitos militares participavam ativamente da política partidária e havia muita divergência ideológica. Depois de 1964 e até março de 1985, as Forças Armadas deram apoio incondicional aos governos constituídos. Durante esse período, os militares que tinham participação política faziam isso institucionalmente.

Então, no impeachment, a área militar estava tranqüila em relação a não intervir?

Sei que o general Tinoco foi pessoalmente contra o *impeachment*.

Mas em algum momento ele chegou a pensar que seria o caso de os militares tomarem uma posição de defesa do Collor?

Nem tocou nesse assunto conosco.

E com o impeachment, Itamar assumindo, a situação na caserna continuava inalterada?

Continuava igual.